

DN+ Reforma no ensino

Ministro muda avaliação dos alunos sem a explicar ao país

Educação. Fim dos exames do 6.º ano e provas de aferição anunciados por comunicado. Diretores lamentam *timing* e falta de diálogo

ANA BELA FERREIRA

O Ministério da Educação (ME) apresentou o novo modelo de avaliação – provas de aferição nos 2.º, 5.º e 8.º anos e apenas exames no 9.º ano –, tal como tinha prometido no início da semana. Mas o anúncio feito por comunicado, sem nenhuma declaração do próprio ministro Tiago Brandão Rodrigues ao país, foi notado por professores e pais. Especialmente “quando se muda o tema mais importante da educação, que é a avaliação dos alunos, em 40 dias”, aponta Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). A área da Educação

Alunos dos 2.º, 5.º e 8.º anos fazem em junho provas de aferição

tem sido aquela que mais alterações tem tido, mesmo a partir do Parlamento, onde já foi decidido o fim dos exames do 4.º ano e da prova dos professores.

“O que sabemos é o que foi anunciado na comunicação social e não tivemos mais explicações”, apontou, ao início da tarde de ontem Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE). Também Filinto Lima admite que “para o país e para os pais eventualmente o ministro deveria ter explicado o que vai acontecer”. Aguardando que para as escolas sejam suficientes as reuniões de trabalho, anunciadas ontem, esclarecem as dúvidas existentes sobre o modelo.

Nas redes sociais, alguns professores também comentavam a falta

de explicações dadas por viva voz pelo ministro. Um deles, Paulo Guinote, escreveu no seu blogue, O Meu Quintal, não dispensar Tiago Brandão Rodrigues da “prova oral” para explicar “tudo com clareza”.

O ME explicou ao DN que o ministro “cumpru fielmente o compromisso publicamente feito” na segunda-feira, durante a primeira visita oficial na Escola Secundária da Baixa da Banheira, e onde informou que iriam ser apresentadas mudanças durante a semana. “Fim do processo de auscultação

dos parceiros em curso, o Ministério da Educação partilharia com os cidadãos e a comunidade educativa o quadro de avaliação das aprendizagens no ensino básico. Assim foi feito, primeiro com as es-

colas, depois publicamente. O “comunicado” foi a forma escolhida uma vez que é o modelo mais próximo da “informação” enviada antes às escolas.”

Novas provas a meio do ano

Não foi só na forma de comunicar as mudanças que houve queixas. Manuel Pereira lamenta que “mais uma vez os diretores das escolas não foram ouvidos para esta reforma”. Também o Conselho das Escolas (órgão consultivo dos diretores junto do ME) refere apenas que foram “informados dos pressupostos do novo modelo”, mas não “das medidas em concreto”. Muito menos foi pedido “um parecer”, indicou o presidente José Eduardo Lemos. Motivo pelo qual o dirigente não quis tecer comentários



sobre as decisões tomadas – “para não influenciar um futuro parecer que venha a ser pedido ou a ser dado pelo Conselho sobre esta matéria”.

Além disso, a substituição já neste ano dos exames dos 4.º e 6.º anos a Português e Matemática por provas de aferição nos 2.º, 5.º e 8.º anos – que não contam para a nota final dos alunos – parece precipitada para os diretores. “Valia a

pena fazer só no próximo ano. Sob pena de se começar já a desvalorizar as provas de aferição”, aponta Manuel Pereira.

Para Filinto Lima, esta decisão foi “feita com base num *timing* político e não pedagógico, se fosse pedagógico não se alteravam as regras a meio do campeonato”, criticando o facto de os alunos serem já neste ano sujeitos às novas provas de aferição. Os dois representantes

dos diretores – que até aprovam o regresso das provas de aferição e o modelo escolhido – preferiam que Tiago Brandão Rodrigues tivesse esperado mais para tomar esta decisão.

A rapidez das mudanças levam a que no seio do anterior governo se comente que é um sinal de que o ministério está a ser controlado pelos sindicatos de professores.

Sindicatos esses que, tal como

O QUE MUDA

1º CICLO

PROVA DE AFERIÇÃO NO 2º ANO

Os alunos vão fazer dois testes nacionais por ano, com matérias de todas as disciplinas. A prova, que não conta para a nota, vai realizar-se na última semana de aulas (entre 6 e 10 de junho).

A prova não existia. Realizavam-se provas de Português e Matemática, que contavam para a nota, no 4º ano.

2º CICLO

PROVA DE AFERIÇÃO NO 5º ANO

Neste ano os exames serão de Português e Matemática. De forma rotativa, todos os anos são testadas outras duas disciplinas. O calendário é o mesmo do 2º ano (entre 6 e 10 de junho) e também não contam para a nota.

Acabam os exames do 6º ano a Português e a Matemática

3º CICLO

PROVAS DE AFERIÇÃO NO 8º ANO

Estas provas, que não contam para a nota, vão realizar-se depois da última semana de aulas em datas ainda a definir. São duas provas e também vão testar diferentes disciplinas todos os anos.

Não existia

EXAMES NO 9.º ANO

Mantém-se os exames do final do 3º ciclo a Português e Matemática, que contam 30% para a nota final.

Termina o exame de Inglês de Cambridge que neste ano iria contar para a nota pela primeira vez.



Vêm aí as provas de aferição no 5.º ano

NOVIDADE Quando pensava que tão cedo não voltaria à pressão dos exames, o pequeno Rafael foi surpreendido ontem de manhã com a notícia de que, ainda neste ano, vai ter duas provas de aferição pela frente. Ele os milhares de alunos que frequentam os 2.º, 5.º e 8.º anos, em todo o país. Rafael – que se estreou neste primeiro período com nota de 4 a todas as disciplinas – soube da novidade quase em primeira mão: “Lá na minha escola [a José Saraiva, em Leiria] há um menino que a mãe dele está na política e contou-nos!” Já a mãe de Rafael, Selda Vieira, soube da notícia através do DN. “Não fico preocupada. Acho que a prova de aferição é mais um teste, não devemos dramatizar.” De resto, o pequeno Rafael é bom aluno, e por isso o exame que fez no ano passado, quando estava no 4.º ano, não lhe tirou o sono nem o preocupou sobremaneira. No final teve boa nota. Agora que está no 5.º entusiasma-se especialmente com Ciências, Matemática e História. Quando for grande, quer ser engenheiro informático. P.S.L.

as associações dos professores de Português e Matemática, se mostram a favor das provas de aferição, principalmente no 1.º ciclo. E nem o facto de serem feitas já neste ano gera problemas. “Há tempo para que os professores preparem os alunos porque as provas de aferição são apenas como mais um teste e já não existe o carácter punitivo”, defende Edviges Antunes Ferreira, da Associação de Professores de Português. Também Lurdes Figueiral, da associação de Matemática, sublinha que as provas de aferição “não precisam de grande preparação”.

Também Mário Nogueira, da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), acredita que este “é o tempo certo” para estas mudanças. Sublinhando o carácter informativo que as provas de aferição devem dar para que se corrijam as dificuldades detetadas nos alunos. Mais reticente está a Federação Nacional da Educação (FNE), que em comunicado aponta a falta de diálogo e a rapidez em tomar decisões sem procurar consensos.

Para Jorge Ascensão, da Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap), o importante é que as provas de aferição sejam levadas “a sério” e que “sirvam para melhorar os processos de ensino e a qualidade das aprendizagens”.

Exame de Cambridge também já não se faz neste ano

INGLÊS Protocolo com instituto britânico fica suspenso por não se enquadrar no atual modelo de avaliação, porque ia contar para a nota

Os alunos do 9.º ano deixam de ter exame de Inglês. O PET (Preliminary English Test), elaborado pelo instituto de Cambridge, foi “suspenso” pelo modelo de avaliação, apresentado ontem. O que significa que estes estudantes vão apenas ter de fazer exame a Português e a Matemática.

É o fim de mais uma das polémicas iniciativas de Nuno Crato – tal como já tinha sido noticiado nesta semana – que já tinha sido pedido pelo Bloco de Esquerda e pela Fenprof. O processo que implicava a parceria com empresas privadas – que deveriam suportar os custos de aplicação dos exames, a elaboração das provas por parte do Cambridge e o trabalho de correção das provas por parte dos professores – sempre mereceu as críticas dos partidos de esquerda e do maior sindicato.

Em causa estava ainda a falta de divulgação de dados como o custo total do exame, o montante que cada empresa pagava e quanto tinha sido angariado com a compra de certificados por parte dos alunos (e que custavam 25 euros). O que levou mesmo a Fenprof a apresentar queixa junto da Procuradoria-Geral da República, onde corre um inquérito.

Neste ano, a prova que começou a ser aplicada em 2013, que incluía um exame escrito e dois orais iria contar para a nota final pela primeira vez e teria o peso de 30%. No entanto, a nova filosofia de avaliação externa dos alunos não é compatível com a continuidade de exames feitos por entidades externas.

O Ministério da Educação (ME) explica, ao DN, que “na avaliação anteriormente adotada previa-se que o PET fosse uma prova externa integrada na avaliação interna. O modelo integrado hoje [ontem] anunciado prevê que todos os instrumentos externos sejam usados para aferição ou avaliação sumativa”.

Os conhecimentos de Inglês passam apenas a ser testados nas provas de aferição dos 5.º e 8.º anos, uma vez que estas vão incidir sobre todas as disciplinas, de forma rotativa. Ou seja, haverá anos em que os alunos vão ter esta disciplina como uma das duas provas de aferição a realizar. A.B.E

ENTREVISTA: MARIA DE LURDES RODRIGUES

Professora universitária, antiga ministra da Educação

Ex-governante considera que queda de políticas de Nuno Crato foi plenamente justificada. Admite que é preciso mudar seleção e recrutamento de professores

“O que tivemos no ensino básico foram resultados piores durante três anos”

O Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou um parecer defendendo a manutenção das provas finais do ensino básico, desde que fossem eliminados constrangimentos já identificados, como as datas em que estes se realizavam. Qual é a sua opinião sobre este tema?

Acho que os exames não resolvem problema nenhum. Nós temos exames no ensino secundário desde 1996 e as coisas não melhoraram por causa dos exames. Melhoraram por outras razões mas não pelos exames. Também não melhoraram no ensino básico. Aliás, o que tivemos no ensino básico foram resultados piores durante três anos consecutivos, contrariando a lógica que estava a ser concretizada no sentido da melhoria global do sucesso.

No relatório técnico associado ao parecer, o CNE voltou a insistir que as provas, diretamente, ditaram poucas retenções. Mas há quem tenha defendido, como é o seu caso, que esse efeito foi a montante...

De facto, não eram os exames que estavam a provocar essa retenção, mas os alunos eram afastados dos exames, chumbavam um ano antes. [A introdução de provas no 4.º ano e no 6.º ano] teve efeitos perversíssimos, sob a ameaça de que esses exames poderiam ter outras consequências, nomeadamente sobre as escolas. Uma política que premeia as escolas que já têm melhores resultados, tirando recursos às escolas que deles mais necessitam – e onde se faz um esforço enorme para conseguir mínimos –, só pode ter efeitos nefastos.

Pode dizer-se que, num meio e meio, o essencial das políticas educativas de Nuno Crato foi desmantelado. Concorda com tudo o que foi feito e com a forma como foi feito?

As medidas caíram com a mesma intertemporalidade com que foram adotadas. Tinham sido adotadas sem nenhuma conciliação, sem

nenhum diálogo, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo. E ainda bem que caíram, porque em alguns casos eram nefastas para o ensino. Como esses exames do 4.º ano. Até acho que outras coisas, como o ensino profissional no ensino básico, deviam acabar também. Não é a melhor forma de fazer política, mas é a possível num quadro de grande crise que se criou.

O novo regime de avaliações e aferições, proposto pelo ministro Tiago Brandão Rodrigues, prevê a rotatividade das provas de aferição, por exemplo com Português e Matemática num ano e Geografia e História noutro. Esse modelo não será confuso para as escolas?

Não é confuso desde que planeado. Repare: o PISA [testes internacionais promovidos pela OCDE] tem um esquema semelhante de aplicação. É aplicado de quatro em quatro anos e vai mudando a área disciplinar que tem mais importância em cada um desses anos. Num ano é a ciência, noutro é a língua, noutro é a matemática. São coisas que se planeiam.

Também caiu a prova dos professores que nasceu – embora não tenha sido aplicada – nos seus tempos de ministra. Deve surgir outra forma de avaliar os professores antes do avallar à carreira?

Necessitamos de mudar os mecanismos de seleção e de recrutamento dos professores. Se estou bem recordada, mantêm-se ainda hoje baseados na antiguidade e na nota de fim de curso...

A avaliação de desempenho também entra nas contas dessas listas graduadas...

Mas a avaliação não existe, por isso necessitamos de melhorar esses mecanismos. Identificou-se uma perversidade: as escolas privadas de formação, sobretudo de professores do 1.º ciclo, atribuem uma nota final inflacionada, colocando os finalistas em condições mais favoráveis.

PEDRO SOUSA TAVARES

DN rápido

Diretores concordam com as provas de aferição, mas criticam que sejam aplicadas já neste ano.

Associações de professores elogiam fim dos exames no 1.º ciclo e dizem que há tempo para fazer provas.

A Fenprof aplaude a tomada de decisão do atual ministro, mas pede mais meios para as escolas.

Pais concordam com fim do carácter punitivo dos exames e esperam que aferição melhore as aprendizagens.



Maria de Lurdes Rodrigues foi ministra da Educação entre 2005 e 2009

ENSINO A MUDAR

Educação: ministro apresenta reforma de exames só por comunicado

● Alunos dos 2.º, 5.º e 8.º anos vão fazer novas provas de aferição já daqui a cinco meses. É mais uma mudança no ensino feita sem ser explicada a pais e professores. O exame de Inglês no 9.º ano também acaba.

Diretores de escolas concordam com medidas mas criticam mudanças em pleno ano letivo. Tiago Brandão Rodrigues é o ministro que mais mudanças impôs. No entanto, só falou uma vez ao país. **DN+**PÁGS. 2 E 3